

Revista GALEGa
de filoloxía

monografía 11

Aproximacións á variación lexical

no dominio
galego-portugués

*María Álvarez de la Granja
Ana Boullón Agrelo
Ernesto González Seoane (editores)*

Notas sobre toponímia portuguesa medieval

Maria Alice Fernandes
Universidade do Algarve

Esperança Cardeira
Universidade de Lisboa

Resumo:

Usando como fonte o *Reportório Toponímico de Portugal Continental* (1967) e o programa de georreferenciação toponímica *NOTVS* (Silva 2002) como ferramenta de trabalho, propomo-nos traçar um esboço da paisagem linguística medieval, através da identificação das áreas de implantação toponímica das línguas faladas durante a Reconquista no futuro território português (nomeadamente o árabe e o romance andalusí¹ e o galego-português) e da relação entre essa implantação e a geografia humana e ocupação do espaço.

Palavras-chave:

Toponímia, galego-português, Reconquista e repovoamento.

Sumário:

1. Introdução. 2. Tipologia da toponímia portuguesa. 3. Reconquista e implantação toponímica. 4. Toponímia dos assentamentos rurais. 4.1. Quintã/s. 4.1.1. Quintães. 4.1.2. Quintão/s. 4.1.3. Quinta/s. 4.1.4. Quintela/s. 4.1.5. Quintinha/s. 4.2. Casal/ais – Casares. 4.2.1. Casarelho/e. 4.2.2. Casarinhos – Casainho/s – Casalinho/s – Casaizinhos. 4.2.3. Casalito – Casaleco. 4.3. Aldeia/s. 4.3.1. Aldeinha – Aldeola - Aldeota. 4.4. Corte/s. 4.4.1. Cortelha – Cortelho/s. 4.4.2. Cortinha – Cortinhos. 4.5. Caria/s – Alcaria. 4.5.1. Alcarela – Alcariota. 5. Topónimos com origem em nomes de árvores: (MALA) MATTIANA e derivados. 6. Conclusões.

Notes on Portuguese medieval toponymy

Abstract:

In this paper, we will draw an outline of the medieval linguistic landscape by identifying the toponymic implantation of Galician-Portuguese, Arabic and Mozarabic languages in

1 Nos dois primeiros séculos do domínio árabe da Hispânia, os dialetos românicos e os árabes coexistiram numa situação de bilinguismo, razão pela qual a denominação de *romance moçárabe* (que restringe o seu uso aos cristãos que viviam no *Alandalús*) é aqui substituída pela de *romance andalusí* à semelhança de *romance andalusí* ou *romandalusí* (Corriente 2003).

Portuguese territory and relating those toponyms with human geography and the occupation of space. Source: Relatório Toponímico de Portugal Continental (1967).

Key words:

Toponymy, Galician-Portuguese, 'Reconquista' and repopulation.

Contents:

1. Introduction. 2. Typology of the Portuguese toponyms. 3. Toponymic implantation and the 'Reconquista'. 4. Toponymy of rural settlements. 4.1. Quintã/s. 4.1.1. Quintães. 4.1.2. Quintão/s. 4.1.3. Quinta/s. 4.1.4. Quintela/s. 4.1.5. Quintinha/s. 4.2. Casal/ais – Casares. 4.2.1. Casarelho/e. 4.2.2. Casarinhos – Casainho/s – Casalinho/s – Casaizinhos. 4.2.3. Casalito – Casaleco. 4.3. Aldeia/s. 4.3.1. Aldeinha – Aldeola – Aldeota. 4.4. Corte/s. 4.4.1. Cortelha – Cortelho/s. 4.4.2. Cortinha – Cortinhos. 4.5. Caria/s – Alcaria. 4.5.1. Alcarela – Alcariota. 5. Toponyms originated from tree names: (MALA) MATTIANA and derived forms. 6. Closing remarks.

1. Introdução

Os estudos sobre toponímia tiveram, em Portugal, um significativo desenvolvimento na primeira metade do século XX: as revistas que se dedicavam à História ou à Filologia ofereciam, quase sempre, um artigo sobre toponímia de José Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, José Joaquim Nunes, Joseph-Maria Piel, Cunha Serra e outros autores que se dedicaram à investigação sobre o onomástico. Uma parte significativa do trabalho de Piel consiste no estudo de topónimos e antropotopónimos, estudo que se destinaria, nas palavras do autor, “a fazer parte de um trabalho de conjunto sobre a toponímia de Portugal e do NO da Península” (Piel, 1945: 305-6). Esse trabalho, que seguiria a linha de Menéndez Pidal, usando a toponímia como ferramenta para a reconstituição de estádios de língua, nunca chegou a ser completado. Uma observação superficial do conjunto de estudos sobre toponímia portuguesa publicados no século passado aponta para uma acentuada diminuição a partir dos anos 70 e, mais grave ainda, uma quase ausência nos primeiros 15 anos do século XXI. Impõe-se o retomar do interesse pela toponímia portuguesa: possuímos um conjunto significativo de trabalhos realizados, que são, em geral, monografias, cada uma constituindo uma pequena unidade, desarticuladas entre si. O primeiro passo seria reunir todos estes trabalhos numa mesma base de dados e criar um *corpus* toponímico com base em documentação medieval portuguesa, por forma a proceder à sua análise, cartografia e interpretação.

Uma análise que nos parece particularmente interessante é a que relaciona a toponímia com a geografia humana e a ocupação histórica do espaço, a que, por isso, damos continuidade (Fernandes, & Cardeira, 2013). Esta abordagem, de natureza sociolinguística, permite-nos uma interpretação das mudanças linguísticas atestadas pelos topónimos que a unicamente estrutural não logra atingir, por não conseguir explicar os condicionamentos sociais da fixação toponímica. A perspetiva aqui considerada parte da transplantação para sul do galego-português, na esteira da Reconquista cristã do *Garbe Alandalús*² e tem em conta a correlação entre variáveis linguísticas e sociais. As linguísticas consistem nas mudanças induzidas pelo contacto dialetal entre colonos de diferentes proveniências regionais e, dependendo da etapa da conquista, também com falantes do romance andalusi; as variáveis sociais constam dos lugares e espaços ocupados com a colonização interna astur-leonesa e galego-portuguesa. A análise da toponímia medieval de que nos vamos ocupar tem, assim, em conta a correlação entre as soluções históricas atestadas pelos topónimos e a sua distribuição geográfica nos espaços históricos dos territórios políticos portugueses.

2 Adotamos a expressão *Garbe Alandalús*, que, segundo Ángele Vicente (2006), testemunha a pronúncia coeva do domínio islâmico.

O objeto de estudo consiste na toponímia do povoamento rural, nomeadamente na fixada com base nos nomes andalusis (árabes e românicos) e galego-portugueses de propriedades com habitação e de povoados. Servimo-nos, como fonte, do *Reportório Toponímico de Portugal Continental* (1967) dos Serviços Cartográficos do Exército e, como ferramenta de trabalho para a cartografia dos dados, do *NOTVS*, um programa informático de análise e georreferenciação toponímica desenvolvido pelo geógrafo histórico Luís Fraga da Silva com a colaboração de Maria Alice Fernandes (Silva, 2002). Significa isto que a análise que iremos apresentar se baseia nos topónimos medievos remanescentes, as atestações toponímicas coevas servindo-nos apenas como fator validador. Por isso, não podemos dizer que se trata de um ensaio sobre toponímia medieval, mas tão só de notas sobre o assunto, à espera de um levantamento documental exaustivo que as enquadre devidamente. Todavia, e seguindo as leis da paisagem histórica formuladas pelo medievalista Jordi Bolòs (2010), a sobrevivência de topónimos medievais até à atualidade é um testemunho da continuidade do seu uso referencial pelos falantes e, acrescentamos nós, da sua continuidade ocupacional no caso dos lugares com origem em assentamentos rurais com *habitat*, nomeadamente propriedades e povoações.

2. Tipologia da toponímia portuguesa

No estudo da toponímia de Portugal podem considerar-se fundamentalmente os seguintes tipos de nomes de lugar, consoante a sua origem³:

- 1 – os nomes pré-romanos, como *Braga* ou os hidrónimos *Ave*, *Lima*, *Minho*;
- 2 – os nomes comuns, de origem parcial ou totalmente latina ou romance, que aludem a aspetos físicos ou sociais do território, como *Porto* ou *Bustelo*;
- 3 – os nomes de ‘possessores’ da primeira fase da Reconquista, na sua maioria de origem germânica, do tipo *Guimarães* ou *Gondomar*;
- 4 – os topónimos de origem árabe, relacionados com aspetos da paisagem, com o tipo de povoamento e com as atividades económicas. Estão neste caso formas como *Albufeira*, *Alcaria*, *Alcântara* e *Alferce*. A estes topónimos devem juntar-se os devidos aos assentamentos clânicos, de origem árabe, berbere ou românica, construídos com *Ben-* no singular ou *Bena-* em variação com *Bela-* no plural, que se tornaram topónimos: *Benafim*, *Benagil*, *Benfarras*, *Bencatel*, (1291 Benaçalema >) *Bela Salema* (Fernandes, 2001).
- 5 – os topónimos românicos andalusis, como *Messines* e *Moncarapacho*, ou os híbridos, como *Alfontes*, *Alportel*, *Cacela*, *Loulé*, *Monchique* e outros (Fernandes,

3 Outras classificações são possíveis, nomeadamente aquelas que se baseiam na distribuição dos topónimos por campos semânticos (fauna, flora, características físicas do território, etc.).

2007). Embora não seja seguro que a Reconquista tenha encontrado variedades do romance andalusi com vitalidade nos séculos XII-XIII, alguns traços comuns aos dialetos centro-meridionais só parecem poder ser explicados tendo em conta uma influência românica local, o que favorece a hipótese da persistência de populações falantes daquele romance (moçárabes, berberes e árabes).

Partindo de uma perspetiva sociolinguística histórica, os topónimos aqui tratados enquadram-se nos seguintes períodos:

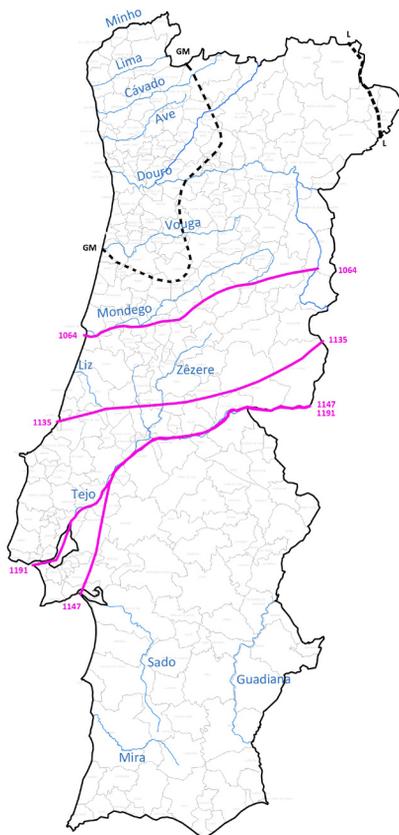
1. O período andalusi, que compreende o árabe e o romance andalusi, em situação de bilinguismo, (topónimos de origem árabe, moçárabe e híbridos resultantes do contacto linguístico);
2. O galego-português (a transplantação da toponímia desde a Galécia Magna até ao Algarve pode contribuir para o esclarecimento da difusão geográfica do galego-português a sul do Vale do Vouga e para a caracterização das formas de ocupação e organização do território);
3. O período português propriamente dito, representado na toponímia fixada a partir do início do português médio (século XV), e que permite verificar a criação de novas formas e a substituição das antigas.

3. Reconquista e implantação toponímica

A conquista cristã deu-se por fases (com avanços e recuos) ao longo do espaço e do tempo. No mapa 1 (Áreas linguísticas e extremas da Reconquista), as linhas a tracejado indicam a área pertencente à Galécia Magna (o domínio primitivo do galego-português) e a área leonesa, o restante espaço correspondendo aos territórios de colonização linguística galego-portuguesa; as linhas a rosa representam as extremas territoriais relativas a cada fase da Reconquista (Barroca, 1999; Marques, & Dias, 2003): 987 diz respeito ao reposicionamento da fronteira no Douro, na sequência das campanhas militares de Almançor; 1064 representa a conquista definitiva de Coimbra por Fernando I de Castela e Leão, que posiciona a fronteira no rio Mondego; 1135 a construção do castelo de Leiria por Afonso Henriques, que assegura a colonização a sul de Coimbra e as campanhas militares que levam à conquista de Lisboa e de Santarém em 1147; 1191 o contra-ataque almóada que faz recuar o domínio português novamente para o Tejo, no reinado de Sancho I, quando parte do Alentejo e do Algarve estava já conquistada; 1249, a tomada de Faro, com a qual termina o processo de conquista.

A esse processo corresponde um movimento de colonização que irá transplantar o galego-português e com ele as denominações das propriedades rurais senhorial e camponesa *quintã* e *casal*, próprias do noroeste hispânico e, bem assim, do arabismo andalusi *aldea*, na aceção de pequeno povoado rural, que também se irão fixar toponimicamente nos territórios conquistados. Essas formas irão encontrar-se

com os topónimos andalusis *Corte* e *Alcaria* e com os antropotopónimos clânicos referidos.



Mapa 1. Áreas linguísticas e extremas da Reconquista

Não temos dados coevos do período andalusi sobre a ocupação do espaço rural. A cultura islâmica era de natureza essencialmente urbana e mercantil e os geógrafos e biógrafos árabes fornecem escassas informações sobre a ruralidade. Por outro lado, as informações documentais de que dispomos para o *Alandalus* não se podem aplicar ao *Garbe* sem o risco de distorções, em virtude de a sua localização geográfica periférica ter contribuído para formas de aculturação particulares em certas regiões, condicionadas pelo isolamento político, preservação da identidade hispânica ou inexistência de ulemas que transmitissem os ensinamentos do Corão e com ele as tradições culturais muçulmanas. São, assim, as áreas de implantação toponímica e

o pouco que sabemos sobre a organização sociopolítica coeva que proporcionam informações sobre a ocupação e a manipulação sociais do espaço físico durante o período andalusi. Para além disso, a expansão territorial cristã aumentou a rarefação populacional nas regiões fronteiriças muçulmanas e provocou movimentos migratórios que levaram ao despovoamento das zonas mais críticas, sobretudo a partir de meados do século XII. Nesse sentido, a distribuição da toponímia andalusi remanescente não pode deixar de ter em conta a reorganização social do espaço levada a cabo pelas monarquias cristãs. Não queremos com isto dizer que não possa ter havido outras reconstruções do espaço, mas o facto de os topónimos fixados no período andalusi terem sobrevivido até hoje é um indício da ocupação medieval dos lugares por eles nomeados. Assim sendo, começaremos a nossa análise pela toponímia galego-portuguesa difundida com a conquista cristã e as formas por ela adotadas no português propriamente dito, para podermos verificar quais as zonas de preservação da toponímia andalusi e a sua relação com a implantação da galego-portuguesa.

4. Toponímia dos assentamentos rurais

4.1. Quintã/s (90-93)⁴

Este topónimo tem como etimologia o lat. *QUINTANA*, originalmente um termo militar que designava a via que separava o quinto do sexto manípulo nos acampamentos romanos. No século VI, o termo é abonado nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha com o significado de ‘via carroçável’. Depois, na documentação latina do século X (Lapesa, & García, 2004), *quintana* designa a ‘rua ou praça defronte da casa senhorial’⁵, a própria ‘casa senhorial’ e a ‘propriedade senhorial com casa de habitação e dependências agrícolas’ (Fernandes, & Cardeira, 2013), num processo de extensão semântica. A razão desta evolução deve-se à morfologia da *pars urbana* da *villa*, cercada por um muro que se desenvolvia quadrangularmente em redor do pátio que lhe servia de entrada, as paredes das habitações (senhorial e servis) integrando frequentemente o próprio muro. É como identificação das honras inquiridas (*domus habitationis* e *dominicus*), que o nome comum e o topónimo ocorrem nas *Inquirições* do século XIII: “se em esta freguesia há casa de cavaleiro ou de dona que se defenda por honra – eis a pergunta sistemática [nas inquirições de 1288], que, no caso afirmativo, tem esta resposta: «há aí uma quintã», etc.” (Almeida Fernandes, 1978: 249). O termo era ainda usado no século XX, para designar o *eido* (< lat. *ADITU*) ou o *eixido* (< lat. *EXITU*), ou seja, a entrada ou saída da propriedade correspondentes à referida praça, no dialeto minhoto e como denominação da pocilga ou da estrumeira no beirão (Fernandes, & Cardeira, 2013).

4 Os números entre parênteses curvos representam as instâncias toponímicas.

5 Na época medieval, *praça* designava uma rua carroçável, como o era o pátio ou entrada das quintãs, que servia de mercado e de ponto de encontro para as exações fiscais.

O uso de *quintana* como designação da propriedade rural é comum aos romances setentrionais hispânicos, à exceção do castelhano. Na Galécia Magna meridional, correspondente ao Entre Douro e Minho, ocupou o lugar deixado vazio pela denominação romana *villa*, com a qual covariou durante a Alta Idade Média. A sua área focal pode ter sido as Astúrias, onde designou «una casería completa, com vivenda señorial, horro, cuadra, corripas, corripas, güertos, güertas...» (Concepción Suárez, 2007), ou seja, o domínio com habitação senhorial. Este nome estará, assim, associado à expansão territorial astur-leonesa, iniciada no Noroeste sob a forma de presúrias, isto é, de ocupação das terras em nome régio. Esta modalidade expansiva foi possível em virtude de a região a norte do Douro ter constituído um espaço marginal no *Alandahús* e ter sido destituída dos seus quadros civis e religiosos por Afonso I, aquando das suas campanhas militares no século VIII (Barroca, 2003). Dada a relevância da casa paçã no reconhecimento dos domínios senhoriais então criados, é natural que a denominação passasse a ser usada para identificar os próprios domínios. Na segunda metade do século XI, o termo é já transplantado para o Entre Douro e Mondego com os dois significados, com os quais se fixou também toponimicamente.

A forma galego-portuguesa evoluída de QUINTANA é *quintãa* (atestada desde o século XII: 1199 *quintáá*, 1220 *quintaa*, 1261 *quintãa*. Cf. Houaiss, & Salles, 2002, s.v. *quinta*), que resulta da síncope do -N- intervocálico específica daquele romance. Esta forma dará origem à portuguesa comum *quintã*, mediante a assimilação da nasalidade pela vogal átona final e a crase das vogais em hiato, e às dialetais *quintães* (plural de *quintã*) e *quintão* (v. adiante).

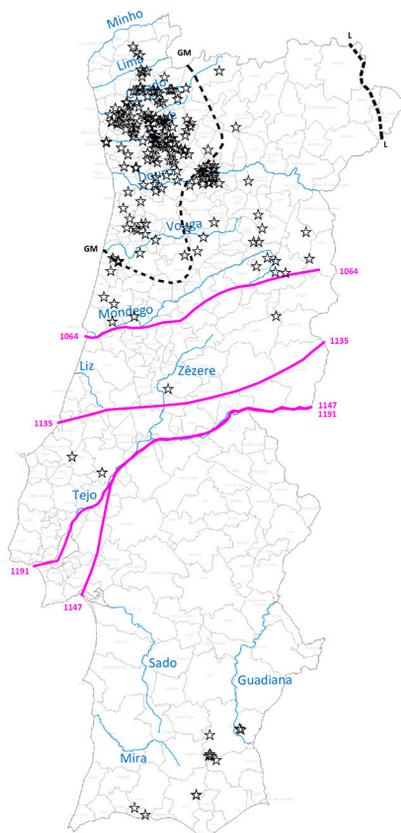
A área focal destas variantes na toponímia portuguesa é o Entre Douro e Minho, a área meridional da Galécia Magna. A variabilidade semântica e formal de *quintã* no Entre Douro e Minho reflete a manutenção linguística própria de sociedades antigas, com comunidades ligadas à terra por inúmeras gerações, caracterizadas pelas famílias alargadas e redes sociais complexas e densas (Milroy, 1992)⁶.

Como referimos, a fixação toponímica de *Quintãa* inicia-se ainda na primeira fase da ocupação territorial asturiana (s. IX a XI), que chegou ao Mondego no reinado de Afonso III (866-910), com as presúrias do Porto em 868, de Chaves em 872 e de Coimbra em 878. Na sequência destas presúrias, dar-se-iam também as de Montemor-o-Velho, Viseu e Lamego. A fronteira cristã ocidental ficaria, então, posicionada, a sul, na margem esquerda do Mondego e, a leste, no vale do Côa. Os seus limites meridionais foram, no entanto, repostos no vale do Douro e, na zona costeira, ao longo

6 A rede social designa o conjunto dos falantes que interagem regularmente entre si. A densidade e complexidade da rede social advêm do tipo e do número de relações entre os falantes: quando as relações são fortes, as redes são densas; quando os falantes se conhecem uns aos outros nos seu diferentes papéis sociais (familiares e profissionais), as redes são complexas. Este tipo de redes é um dos fatores da manutenção das normas linguísticas.

do vale do Vouga em 987 pelos exércitos de Almançor, prefeito de Hisham II (Barroca, 1999; 2003). A ocupação cristã, que se concentrou, então, na zona costeira do antigo *conventus bracarenensis*, procurou restaurar a organização eclesiástico-administrativa definida pelo reino suevo no século VI (Quiroga, & Lovelle, 1997).

A difusão geográfica entre o Douro e o Mondego corresponde já ao movimento expansionista senhorial nas Beiras Alta e Litoral, após a sua conquista por Fernando, o Magno, na segunda metade do século XI (Mattoso 1988). Com efeito, a geografia dos territórios cristãos a sul do Douro estender-se-ia nesta época a sul até à margem esquerda do Mondego, à zona de Soure e Penela, e a leste entre os rios Távora e Coa. Esta variante é depois difundida pelas conquistas e colonização portuguesa até ao Algarve, o escasso número de instâncias toponímicas devendo-se, por um lado, à menor implantação senhorial a sul do Mondego e, por outro, à substituição de *quintã* pela variante comum *quinta*, que também se observou toponimicamente (V. adiante).



Mapa 2. Quintã/s - Quintães - Quintão/s

4.1.1. Quintães (24)

O plural *quintãs* conheceu uma variante mais tardia, resultante da confusão com os nomes da terceira declinação em *-ANE*, provavelmente devido ao processo de convergência no ditongo *du* das terminações nasais *-ão* (*-ANU*), *-ã* (*-ANE*) e *-õ* (*-ONE*) observado no Minho e Douro Litoral⁷. Essa confusão está abonada pelo gramático quinhentista Fernão de Oliveira (1981) [1536]. Não encontramos testemunho toponímico de transplantação para fora da área original desta variante minhota.

7 O ditongo *-du* consiste numa evolução da terminação *-õ* (< *-ONE*) e a convergência de *-ã* e *-ão* nesse ditongo explica-se pela sua frequência lexical, em muito superior à das outras terminações nasais. No Sul, a convergência em *-ão* pode ter-se ficado a dever ao processo de elaboração da língua.

4.1.2. Quintão/s (56/2)

Esta variante dialetal de *quintã*, também fixada toponimicamente, provém, segundo os autores que se ocuparam desta solução histórica, da variante alto-minhota e galega *quintán*, por semivocalização da consoante nasal velarizada (Maia, 1981) ou da variante portuguesa *quintã*, por ditongação da vogal tónica em posição final absoluta (Martins, 1985). A solução histórica ditongada da terminação latina –ANA era, ainda no século passado, um traço dialetal minhoto, que, difundido com a colonização interna, veio a caracterizar outras variedades diatópicas (Cardeira, & Fernandes, 2008; Fernandes, & Cardeira, 2013). Devido ao seu estatuto dialetal, esta variante não tem registo escrito, sendo confundida com o aumentativo de *quinta*. Nos territórios de colonização linguística em que também se observa a ditongação daquela terminação latina nos nomes comuns, a preservação toponímica de *Quintão* é um argumento a favor da difusão deste traço dialetal a partir do noroeste, explicável pelo contacto com falantes com aquela proveniência.

4.1.3. Quinta/s (9307/192)

Trata-se de uma variante baixo-medieval de *quintã*, cuja evolução histórica não se encontra ainda esclarecida. Apesar de na toponímia do domínio leonês se atestarem as formas *Quintana* (< lat. QUINTANA) e *Quinta* (< lat. QUINTA), no caso português não há registo de *quinta* antes de finais do século XV, como se esperaria encontrar se este nome proviesse diretamente do latim QUINTA.

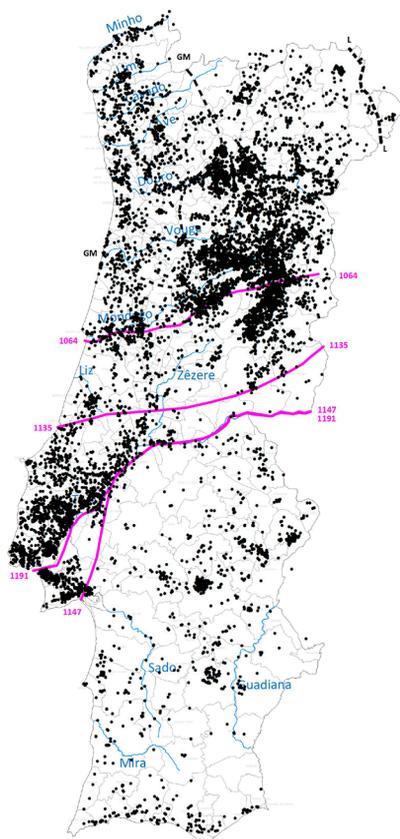
A solução histórica *quinta* é atribuída na literatura à dissimilação da ressonância nasal e retração do acento por Leite de Vasconcellos e José Joaquim Nunes, com possível intermediação da forma *quintá* para Williams (*apud* Rodrigues Lapa, 1932). Mas a verdade é que esta forma apenas se observa em galego, não havendo testemunho da sua ocorrência na variante portuguesa. Rodrigues Lapa prefere ver nesta evolução um fenómeno de analogia com o numeral *quinta* na aceção testamentária ou de fração em géneros ou numerário paga pelo rendeiro ao proprietário rural. O autor refere, em abono da sua tese, a mesma solução histórica em *ventana* > *ventã* e *campana* > *campã*, que teriam sido substituídas por *venta* e *campa* por analogia com os deverbais de *ventar* ‘soprar com as ventãs’ e *acampar* ‘tocar a campã’, este último atestado na *Crónica de D. João I*.

A verdade é que estas variantes são tardias e meridionais. *Quinta* e *venta* atestam-se apenas no século XV (Fernandes, & Cardeira, 2013; Houaiss, & Salles, 2002), tendo sido adotadas na língua comum. De *campa* não encontramos nenhuma atestação com o significado primitivo, o que não é de admirar se considerarmos que a forma erudita *sino*, que a substituiria, assim como o uso de *campã* (> *campa*), na aceção de ‘laje sepulcral’ (Houaiss, & Salles, 2002) se registam desde finais do século XIV. Da sua meridionalidade dá conta, para além da diferença relativamente às formas primárias

evoluídas diretamente da galego-portuguesa *quintãa*, a conservação e a vitalidade da formação de nomes deverbais nos dialetos portugueses do Sul, nomeadamente no alentejano e algarvio, uma característica da oralidade medieval.

Mas qual a razão da substituição das formas *quintã*, *campã* e *ventã* por *quinta*, *campa* e *venta* nesses dialetos? A resposta parece-nos ter de ser procurada nas mudanças linguísticas induzidas por contacto dialetal de longa duração provocadas pela conquista do Garbe. Com efeito, a transplantação do galego-português porá em contacto colonos com diferentes proveniências regionais e autóctones falantes do romance andalusi. Desenraizados, e, por isso, não sujeitos às imposições normativas das suas comunidades de pertença, os colonos acomodam-se-ão linguisticamente uns aos outros, o que levará à mistura dialetal e dará origem à formação de novas variedades dialetais meridionais galego-portuguesas por koineização. Este processo de mudança compreende, prototipicamente três gerações. Na primeira, para além da mistura de traços surgem, geralmente, as primeiras mudanças linguísticas por nivelação, i.e., por seleção dos traços mais frequentemente usados ou dos mais salientes. Na segunda, a dos filhos dos primeiros colonos, a solidariedade e a mobilidade social das novas comunidades em que se integram ou que procuram formar favorecem um aumento da variabilidade linguística, o que ativa a seleção e a realocação (i.e., a refuncionalização estilística ou social) de traços dialetais da mistura, bem como a criação de formas não existentes nas variedades originais em contacto. Na sua maioria devidos à aquisição imperfeita de dialetos segundos, estes interdialetoalismos podem, na terceira geração, adquirir ou surgir em função da necessidade de identificação por contraste, pois é nesta etapa que ocorre a focalização dialetal que dá origem à nova variedade.

De entre essas mudanças, a simplificação, a nivelação e a realocação



Mapa 3. Quinta/s

podem explicar a adoção das inovações deverbais em detrimento das variantes arcaicas. A formação dos deverbais pode, com efeito, corresponder a uma inovação simplificadora, no sentido em que tem como resultado a regularização morfofonológica, pois de atemáticos os nomes adquirem o tema em *-a*, coincidente, ademais, com o morfema de género feminino. A competição entre as formas nasaladas e desnasaladas poderia, por sua vez, ter induzido a nivelção, a escolha das desnasaladas podendo ter sido condicionada pelo seu uso por um maior número de falantes ou pela sua saliência. A terceira mudança consistiria na realocação da variante sobrevivente à nivelção, mas cuja função/significado foi alterada. No caso de *quinta* e *venta* estaríamos, então, em presença de variantes niveladas e, no de *campa*, de uma variante realocada, cujo significado foi alterado para não competir com o de *sino*.

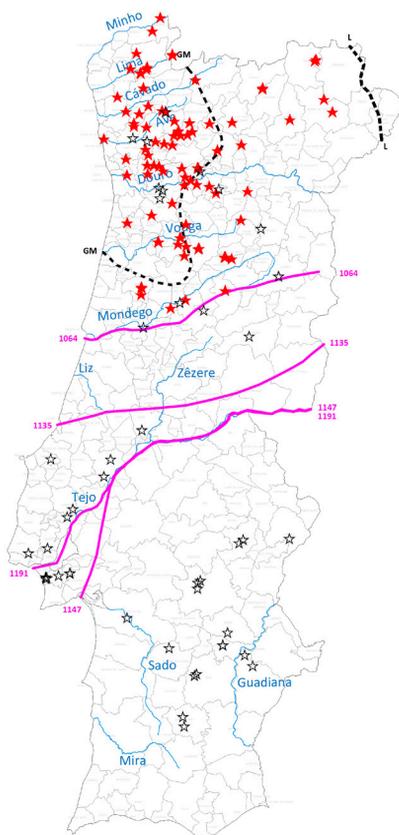
Durante o século XVI, a forma desnasalada *quinta* substitui a antiga *quintã*, que se conserva, essencialmente, na área setentrional. Fora dessa área, os topónimos com a terminação nasal devem-se à colonização interna galego-portuguesa que acompanhou ou se seguiu à Reconquista. A generalização das formas desnasaladas na língua comum terá de ser explicada, contudo, através da sua adoção pelo português médio (século XV). Efetivamente, esta variedade diacrónica escrita não só tem como base dialetal o português do sul, como consistiu na construção de um símbolo identitário próprio da nova dinastia reinante – a Casa de Avis, que se distanciou política e linguisticamente da velha nobreza nortenha. Neste sentido, a opção por estas inovações lexicais meridionais pode ter sido consciente e visado o distanciamento face às variantes setentrionais, portuguesa e galega (Cardeira, 2005).

4.1.4. Quintela/s (88/4)

Com base na forma latina *QUINTANA* criou-se o diminutivo *QUINTANELLA* (século X *quintanela*; XIII *quintaela*, *quinteela*, Machado, 1993, s.v. *Quintela*), na origem do topónimo galego-português *Quintela*, que ocupa uma área semelhante à de *Quintã*, estendendo-se ainda a Trás os Montes. O facto de o sufixo diminutivo ser ainda o latino-vulgar *-ĒLLU* (> gal.-port. *-elo*) é uma prova da toponimização de *quintã* e de *quintaela* ainda durante a primeira fase da expansão territorial cristã, uma vez que esse sufixo entrará em variação com o galego-português *-io* (< lat. *-ĪNU*), na origem do atual *-inho*, durante o século XI e será por ele suplantado no XII (Catalán, 1960). Merece referência, por isso, o topónimo **Quintelinha (1)**, junto ao rio Ave: trata-se de uma forma em que o sufixo diminutivo *-inha* se acrescenta a *quintela* num momento em que já não há memória de o sufixo *-ela* ser, também ele, diminutivo.

4.1.5. Quintinha/s (40/5)

Embora não se possa excluir a possibilidade de algumas instâncias toponímicas de *Quintinha* terem origem no latim *QUINTANINA*, a maioria há de ser já um diminutivo de *quinta*, formado com o sufixo *-inha*.



Mapa 4. Quintela/s – Quintinha/s

4.2. Casal/ais (4378/623) – Casares (12)

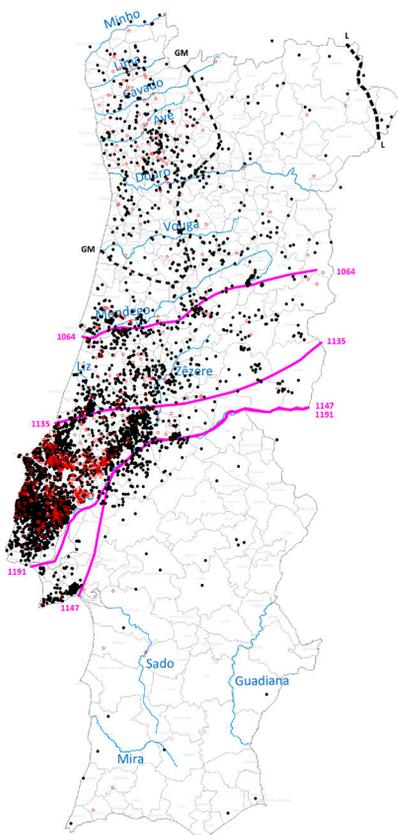
Proveniente do lat. *CASALE* ‘relativo, pertencente à casa’, o adjetivo *casalis* qualificou inicialmente o terreno pertencente à casa – o [*ager*] *casalis*, de acordo com a expressão *uinea casalis* abonada pelos gromáticos (i.e., agrimensores romanos), em que se especifica o tipo de cultivo do terreno (Vasconcellos, 1980 [1936]: 271). Quando no mesmo tipo de fontes encontramos a forma substantiva dele derivada, ela já não designa apenas o terreno, mas o conjunto do terreno e da casa, ou seja, a pequena exploração agrária (Chouquer, & Favory, 2002). O topónimo é bastante frequente e apresenta as variantes *-al* e *-ar* continuadoras das variantes latino-vulgares *-ALE* e *-ARE* do sufixo relacional. A variante em *-al* regista-se toponimicamente no singular

e no plural, a sua produtividade devendo-se ao facto de ter sido a adotada na língua comum. A variante em *-ar* é minoritária.

Casare e *casale* atestam-se na documentação latina do Norte em 865 e 870, respetivamente (Lapesa, & García, 2004). *Casal* aparece como topónimo tanto em textos latinos como em árabes andalusis do século XII: *Caxálex*, *Cachálex*, *El Caxár*, etc. (Simonet, 1967 [1888]). No entanto, a sua fixação toponímica é anterior, como o comprova a antiguidade de *Casarelho*, formado com o sufixo diminutivo latino clássico *-ICULU*.

A distribuição geográfica de topónimos com origem no nome comum *casal* (e na sua variante *casar*) verificou-se em toda a Hispania, o que explica a sua fixação toponímica em todo o território. O uso como nome comum não parece ter sido frequente no *Garbe*, pois não encontramos topónimos com essa origem atribuíveis ao período andalusi propriamente dito. Podemos, assim, supor que a sua difusão se tenha devido à transplantação do galego-português. Isso explicaria a razão por que a variante *casar* (na forma simples ou modificada) não se observa nos dialetos portugueses meridionais, excluída por nivelção em favor de *casal*, que foi a adotada na língua comum.

A distribuição geográfica das variantes toponímicas comprova esta interpretação. Com efeito, os formados com o sufixo *-ARE* registam-se apenas na forma plural e restringem-se aos concelhos do extremo norte confinantes com a Galiza. Os provenientes do lat. *CASALINU*, com síncope galego-portuguesa do *-N-*, não ultrapassam o paralelo de Aveiro. O mesmo é testemunhado pela cronologia das atestações documentais: na primeira metade do século XII, regista-se com frequência na documentação dos mosteiros de Grijó e de Pedroso (c. de Vila Nova de Gaia), já faz parte do vocabulário dos escrivães de Viseu, mas ainda é pouco conhecido dos de



Mapa 5. Casal – Casais

Coimbra; no decurso da segunda metade do mesmo século, o termo *casal* alcança as práticas notariais das Beiras. A sua progressão pára, no entanto, no Mondego e a Estremadura ignora-o quase por completo durante a época medieval (Durand, 1982).

A área de maior concentração de *Casal*, no litoral entre o Mondego e o Tejo, é recente, assim como também a de *Casalinho*, construção diminutiva com base em *casal* (+*inho*), que se documenta desde 1079 (Machado, 1993, s.v. *Casalinho*). A produtividade atual do nome na formação de topónimos não é tão grande como a de *quinta*, uma vez que modernamente o seu significado principal passou a ser o de ‘casa de campo’. O topónimo no plural referencia um agregado de casais que forma um lugarejo (Vasconcellos, 1980 [1936]). Muitos dos topónimos *Casal* e *Casalinho* são fruto da colonização agrícola levada a cabo pelo Estado Novo, através da Junta de Colonização Interna criada em 1936.

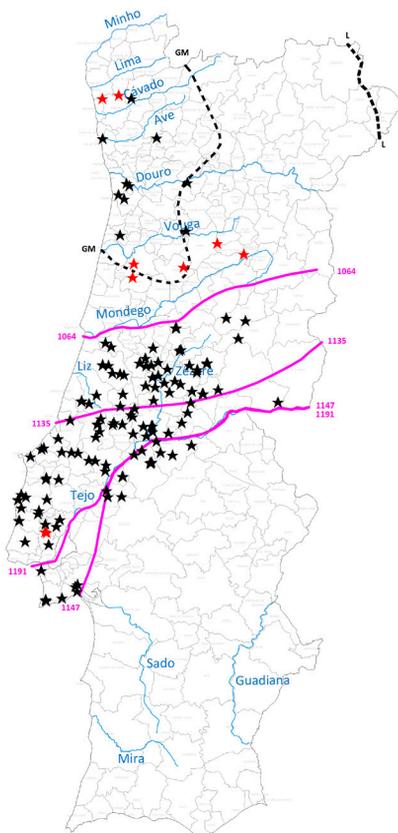
4.2.1. Casarelho/e (1/1)

Formada com o sufixo latino clássico -ĪCULU (> -*eclu* > -*elho*), este diminutivo tem apenas duas ocorrências toponímicas, ambas em concelhos transmontanos (Montalegre e Vinhais), o que corrobora a ideia de *casar* ter sido uma variante minoritária nos dialetos da Galécia meridional.

4.2.2. Casarinhos (1) - Casainho/s (6/3) - Casalinho/s (120/11) – Casaizinhos (1)

Maior produtividade apresenta o sufixo latino relacional -ĪNU, que foi adotado em galego-português como diminutivo em substituição do latino-vulgar -ĒLLU. É essa a razão que explica a sua aplicação às bases latinas CASARE-CASALE e a forma dele evoluída -*inho* às portuguesas *casal* e *casais*. Daí as formas divergentes *casainho/s* e *casalinho/s* e também *casaizinhos*, um diminutivo do plural *casais*. Com origem no latim CASALINU, o primeiro destes diminutivos é galego-português, conforme atestado pela síncope do -N- intervocálico (1258 *casayno*, *casaino*, *casainhos*, Machado, 1993, s.v. *Casainho*); o segundo é português e consiste na junção do sufixo modificador -*inho* ao radical *casal*; o terceiro consiste num diminutivo da forma plural *casais*.

A distribuição geográfica de *casainho* corresponde praticamente à dos limites meridionais da área original galego-portuguesa, a sua expansão a leste devendo-se à colonização interna. O topónimo ter-se-ia, assim, fixado, antes da conquista definitiva de Coimbra em 1064, por Fernando o Magno. Conjuntamente com os dados documentais sobre a progressão do uso de *casal* com a Reconquista, esta distribuição pode ser usada como um marco da cronologia da síncope galego-portuguesa do -n- latino intervocálico.



Mapa 6. Casainho/s – Casalinho/s

4.2.3. Casalito (3) – Casaleco (1)

Casal conhece ainda os topónimos diminutivos com o sufixo *-ito* e *-eco*, que são minoritários.

4.3. Aldeia/s (539/17)

Proveniente do árabe andaluz *aḍḍāyʿa* (Corriente, 2003, s.v. *aldea*) ‘domínio senhorial’, *aldea* é um arabismo incorporado no léxico iberorromânico desde a primeira fase da Reconquista, por intermédio dos moçárabes que imigraram para o Norte. Uma vez que *quintã* designava a ‘casa senhorial’ e *casal* a ‘exploração rural

camponesa’, *aldeia* passa a designar no noroeste a ‘povoação rural’, que pode integrar vários casais e quintãs. O nome comum covaria com *logo*, *lugar*, *povo*, *freguesia* e *sítio* como denominação de lugar habitado (Vasconcellos, 1980 [1936]). Na língua comum adquiriria o significado de ‘povoação rural menor que a vila’ e conheceria a epêntese de iode para resolução do hiato vocálico que hoje caracteriza a forma *aldeia*. Não há evidências da sua fixação toponímica no período andalusi. Os topónimos com origem neste arabismo concentram-se no Entre Douro e Minho, observando-se ainda na Beira Alta, na Estremadura, em parte do Alentejo e no Algarve, mas não ocorrem nem em Trás os Montes nem na margem esquerda do Tejo.

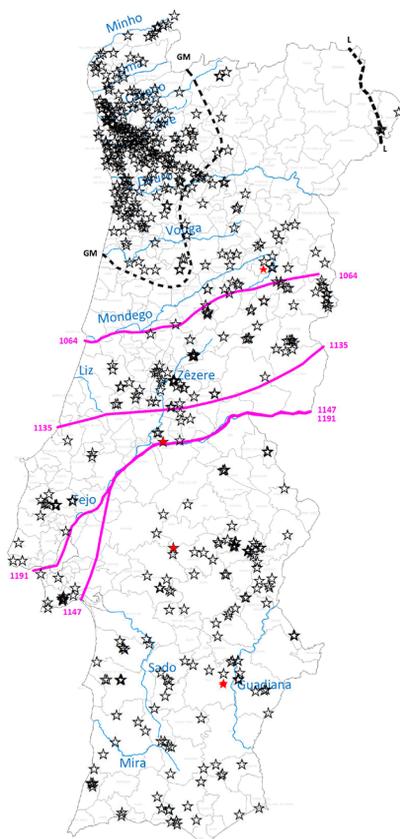
4.3.1. Aldeinha (2) – Aldeola (1) - Aldeota (2)

Os diminutivos de *Aldeia* são poucos, em virtude de este nome ter passado a designar um povoado rural menor. O diminutivo de *aldeia*, como aliás de *quintã*, tem, na generalidade um valor afetivo, exceção feita para o sufixo *-ota* que adquiriu um sentido depreciativo.

4.4. Corte/s (428/115)

O nome comum tem como étimo remoto o latim *COHORS*, *COHORTIS*, um termo militar que designou uma divisão ou parte do acampamento romano e as tropas nela acantonadas e, especificamente, a décima parte da legião romana. O étimo próximo é a forma acusativa do baixo latim *CORS*, *CORTIS*, um sinónimo de *ātrium* (Torrinha, 1945), cujo significado evoluiria para propriedade rural com casa de habitação.

O átrio, que designava originalmente um pátio interior, tornou-se a parte mais importante da casa romana, uma sala situada logo depois da entrada e do vestíbulo, que se caracterizava pela sua forma quadrada (Torrinha, 1945). O termo, sob a forma galego-portuguesa

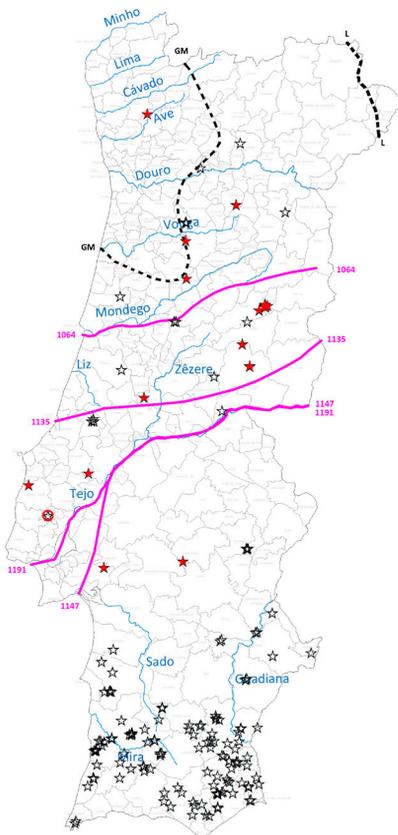


Mapa 7. Aldeia/s – Alde-inha/ola/ota

adro, seria aplicado ao terreiro descoberto em frente e à volta das igrejas, onde se reuniam os fiéis, depois da missa, e os homens-bons ou vereadores, quando o concelho não dispunha de paços próprios. Tal como *ATRÍU*, *corte* estendeu a sua significação à casa e, depois, como aconteceria com *quintana*, à propriedade por ela encabeçada. Paralelamente desenvolveu também o significado de recinto cercado e de curral, estábulo e pocilga.

O nome *corte* é panromânico, ocorrendo nos domínios gálico, itálico e ibérico, com o significado de curral, estábulo e pocilga; em italiano, castelhano, basco e andalusi tem também o significado primitivo de propriedade agrícola com casa de habitação (Simonet, 1967 [1888]), a sua primeira atestação sendo de 831 (Lapesa, & García, 2004). É com este último significado que o nome se fixou toponimicamente tanto na Andaluzia como nas Beiras, Alentejo e Algarve. A sobrevivência destes nomes de lugar na toponímia portuguesa, na maioria habitados (62%), é um indiciador da continuidade do seu povoamento durante o período andalusi e o galego-português.

A distribuição geográfica destes topónimos é complexa e vale a pena ser descrita em função não só da sua presença como da sua ausência. Começamos por esta última. Conforme se pode observar no mapa correspondente, este topónimo não ocorre na zona costeira do antigo *conventus bracarenensis* correspondente ao eixo geográfico Braga-Porto, que funcionou como o eixo vertebrador do território galaico meridional durante o reino suevo e o astur-leonês (então acrescentado pela fundação de Guimarães). Também não ocorre entre o Vouga e o Mondego, sendo raro no litoral estremenho, na Beira Baixa e no Alto Alentejo. Ou seja, a sua área preferencial, são os limites orientais da Galécia Magna portuguesa, as zonas limítrofes de Trás os Montes e, nos territórios meridionais, para além



Mapa 8. Corte/s – Cortelha/s – Cortinhas

de uma ilha ribatejana, a Beira Alta, o Baixo Alentejo e o Algarve. O que esta distribuição nos revela é que a fixação toponímica de *Corte* é andalusi e se encontra em distribuição complementar com *Quintã* e suas variantes, as sobreposições devendo-se à colonização interna.

4.4.1. Cortelha (14/16) – Cortelho/s (4/7)

Este nome conhece os diminutivos toponímicos *Cortelha/s* e as variantes masculinas *Cortelho/s*, formados com o sufixo latino -ICULU (> *eclu* > gal.-port. *elho*). O nome feminino designa o recinto onde se cria ou recolhe o gado, sendo sinónimo de curral e malhada (Moraes Silva, 1890). O masculino *cortelho* referencia o lugar cerrado onde ficam as crias das cabras e ovelhas, para permitir a recolha do leite para o fabrico de queijos (Figueiredo, 1899). Toponimicamente, a forma feminina fixou-se preferencialmente na área meridional e a masculina no Alto Minho e na Beira Litoral.

4.4.2. Cortinha (24/38) – Cortinhos (2/1)

Do baixo latim *CORTINA*, foi originalmente um sinónimo de *cortale* ‘portal de fora, átrio da corte’. Pensamos tratar-se de um adjetivo relacional que se substantivou quando *corte* passou a denominar a casa. Depois adquiriria também o significado diminutivo de horta murada, «minor cortis, seu rustica area, quae muris cingitur» (*apud* Simonet, 1967 [1888]), e courela lavradia (Figueiredo, 1899). O nome comum foi adotado em castelhano e no galego-português. A área toponímica portuguesa da forma feminina é setentrional, a masculina ocorrendo na região beirã.

4.5. Caria/s (18/2) – Alcaria (112/27)

Do árabe andalusi *alqariyyah* (Corriente, 2003, s.v. *alcaria*), que designava, à época da reconquista cristã, as aldeias (i.e., os pequenos povoados rurais) da área meridional (século IX *karia*; XI *caria*; XIII *alcaria*). Por contraponto às denominações antropotoponímicas com *Ben-* e *Bena ~ Bela*, relativas aos assentamentos rurais clânicos, as alcarias dependiam das cidades islâmicas. Era, então, nas alcarias que se concentravam as populações autóctones, maioritariamente românicas ou delas descendentes. A forma toponímica *Caria* é Beirã e *Alcaria* meridional. Note-se que o facto de se terem conservado topónimos com esta denominação é um indicador do seu povoamento aquando da Reconquista. A concentração desses topónimos no Baixo Alentejo e no Algarve não se deve apenas à maior densidade populacional nesta região durante o domínio muçulmano, mas também ao refúgio de populações com o avanço da Reconquista cristã.

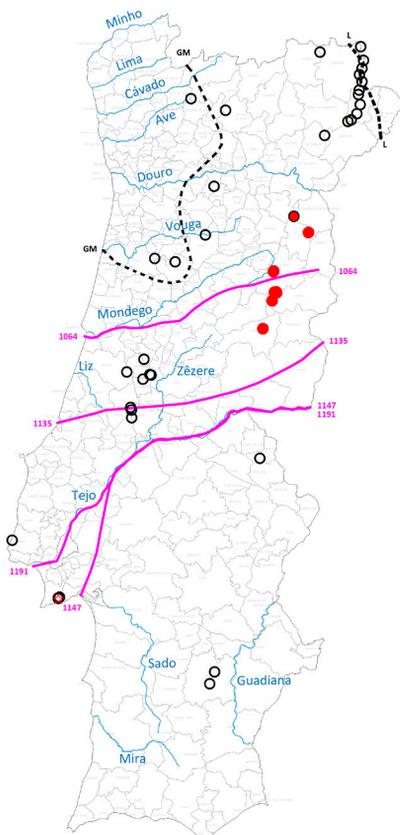
4.5.1. Alcarella (1) e Alcariota (2)

A forma híbrida *Alcarella*, junto ao Tejo, atesta a influência românica andalusí com o diminutivo românico *-ela* (< lat. *ĕlla*). *Alcariota* é provavelmente um diminutivo já da colonização interna, pois o sufixo é usado com um valor depreciativo, devido à pequena dimensão dos povoados respetivos.

5. Topónimos com origem em nomes de árvores de fruta: (MALA) MATTIANA e derivados

Passando, agora, para outro campo semântico, vejamos os topónimos que têm origem nos nomes comuns românicos que designam ‘maçã’ e ‘pomar de maçãs’. O nome comum não coletivo encontra-se nos topónimos *Maçã*, do lat. (MALA) MATTIANA, atestado no século XIII (*maçãa*, vd. Houaiss, & Salles, 2002, s.v. *maçã*) ou *Maçãs*, atestado, como hidrónimo, em 1187, na forma *Maçãas* (Machado, 1995, s.v. *maçã*) juntamente com o diminutivo *Maçainha*. Uma vez que, na construção portuguesa de diminutivos, o sufixo *-inho* se associa a radicais, enquanto *-zinho* se junta a palavras, é provável que *-zinho* tenha sido, inicialmente, apenas uma ampliação de *-inho*, indispensável no caso das palavras atemáticas. A ser assim, *maçainha* será uma forma mais antiga do que a atual *maçãzinha*. Mas pode ser ainda mais antiga, se derivar diretamente do latim *MATTIANINA.

Para ‘pomar de maçãs’ os topónimos (e nomes comuns) mais frequentes são *Macieira*, *Maceira*, *Macedo* e *Maçanedo*. *Macieira* é originalmente o nome da árvore, *Macedo* do coletivo (conjunto de macieiras). *Macedo* e *Maçanedo* formam-se com o sufixo latino -ĒTU (< *MATTIANETU) e documentam-se desde o século XIII (*maçanedo*, *maçaedo*, *mazanedo*, *mazaedo*, Machado, 1993, s.v. *Macedo*). A forma com síncope de -N- é a galego-portuguesa, a com a sua conservação a românica andalusí (mapa 10).

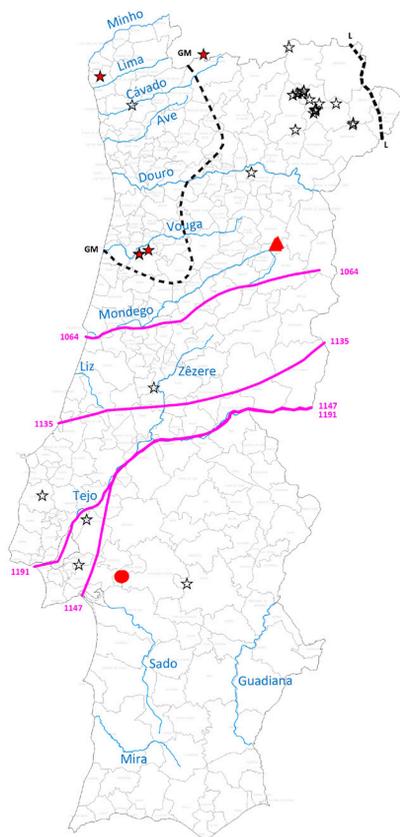


Mapa 9. Caria/s – Alcária/s

Se integrarmos a distribuição dos topónimos de tipo *Maçan-* no mapa das estremas da Conquista, verificamos que, à excepção de uma forma fronteiriça (que pode justificar-se por contacto de línguas) estes topónimos se registam em plena área andalusi, opondo-se à forma galego-portuguesa *Macedo*. No entanto, ambas as formas são raras no território português, tendo sido substituídas por *Maceira* e *Macieira*, usadas com um sentido coletivo. *Maçal*, sinónimo de *macedo*, não vingou como nome comum, designando hoje apenas uma povoação na Beira Alta. Dada a presença toponímica de *Manzanal* na Extremadura espanhola, é provável que o nome comum *maçal* (com síncope galego-portuguesa de -n-) represente uma forma resultante do contacto entre colonos galego-portugueses e leoneses. Este topónimo pode, assim, ser considerado um testemunho da proveniência regional dos colonos, evidenciando a interdialetoalização induzida pelo contacto dialetal.

Para *Maceira* e *Macieira* podemos considerar dois étimos: a construção romance *maçã + eira*, com as variantes *maceira* e *macieira*, que resultam de diferentes resoluções do hiato (crase ou semivocalização) da forma intermediária *maceeira* (**maçãeira* > **maçãeira* > *maceeira* > *maceira* ~ *macieira*) ou a origem direta no étimo latino *MATTIANARIA*. Seja qual for o étimo, a evolução seria a mesma. As atestações são antigas: 974 *mazanaria*; 1066 *mazenaria*, 1072 *mazaneira*, 1077 *mazaria*, 1079 *macaneira*, 1080 *macenaria*; 1141 *maceira*; 1128 *maceejra*, 1162 *macaieira*; 1220 *maçeeyra*, *mazaeira*, *mazeira*, *mazeira* (Machado, 1993, s.v. *Maceira* e *Macieira*).

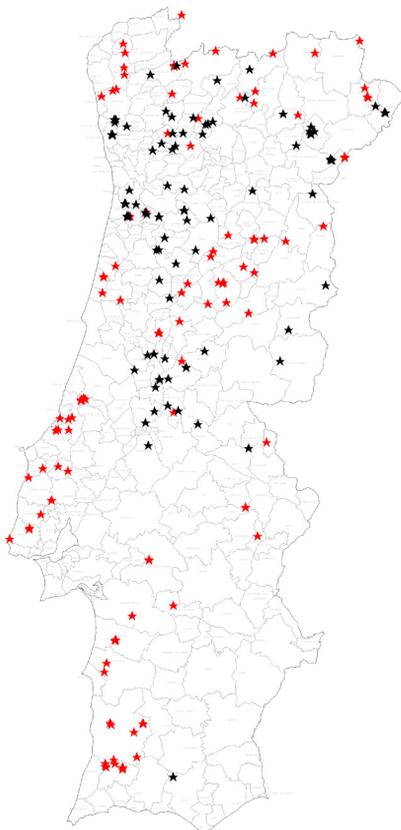
A distribuição de *Maceira* por todo o território mostra a antiguidade desta forma, levada para sul pela Reconquista. Trata-se de um topónimo claramente galego-português, com síncope de -n- latino intervocálico. A forma mais frequente na Galiza, *Maceira*, a par de outras que também revelam crase, como *Maceda* ou



Mapa 10. ☆ Macedo - ★ Macido - ● Maçanedo
- ▲ Maçal

Macedo, continua no Alto Minho e difunde-se de norte para sul, acompanhando os movimentos da Reconquista e Repovoamento e chegando ao extremo meridional. No Algarve, nos séculos XIII e XIV, após um período de promulgação de forais e de criação de novos concelhos, a Coroa portuguesa limitou a sua intervenção às áreas fiscal e militar e à administração dos núcleos urbanos. As zonas rurais mantiveram, por esse motivo, as suas estruturas orgânicas, de que os vestígios dialetais minhotos ainda dão testemunho.

Ao lado da solução craseada *Maceira*, desenvolveu-se a variante com semivocalização *Macieira*, com atestações a partir do século XII: *maceejra*; XIII *mazeira*; XIV *maçeyras*. A sua concentração a norte do Tejo mas a sul do Cávado, parece indicar que esta forma poderá ser mais recente. De facto as atestações que permitem a interpretação de uma solução tritongada são mais recentes. Mas encontramos *Macieira* principalmente na região de Braga-Guimarães, que corresponde à área de uma primeira fase de reconquista, ainda na época das presúrias asturianas (finais do século IX, início do X), e as duas variantes encontram-se igualmente fixadas toponimicamente na Galiza (Cf. *Nomenclátor*). Parece, portanto, que as duas variantes se desenvolveram paralelamente. *Macieira* ocorre também na região de Coimbra, reconquistada e repovoada em fase posterior, por Afonso Henriques e Sancho I e pelos Templários. Uma hipótese que se pode colocar é que a variante tritongada fosse a preferida pelos possesores que se fixaram no Baixo Minho e Douro Litoral e aí criaram os seus senhorios. Não são, no entanto, esses senhores que vão colonizar os novos territórios reconquistados mas uma massa popular que pouco contacto teria com as variantes dialetais das classes mais cultas e que leva até ao sul, em vagas sucessivas, as variantes populares galego-portuguesas. Por outro lado, a



Mapa 11. *Maceira/s* – *Macieira/s*

variante do Baixo Minho e Douro Litoral pode ter acompanhado as conquistas de Afonso Henriques, fixando-se na região de Coimbra.

Certo é que a variante *Macieira* se concentra numa linha oeste, mais urbanizada. A leste e a sul (especialmente a sul do Tejo), as correntes migratórias, originárias, em vagas sucessivas, das regiões imediatamente a norte transportam traços linguísticos para sul: numa primeira fase, os colonos partem da Galiza e do Alto Minho e descem até à linha do Mondego; numa segunda fase descem do Mondego até ao Tejo e, finalmente, serão os colonos da região entre o Mondego e o Tejo que irão povoar o sul, embora sempre com o contributo de populações minhotas e galegas. As mudanças e variantes linguísticas são, assim, cumulativas, o que permite encontrar as mais antigas formas galego-portuguesas, como *maceira* ou *quintã* até ao extremo meridional do território.

6. Conclusões

A atual estruturação toponímica em Portugal continental atesta a presença sucessiva de vários grupos étnicos e linguísticos – a um norte-noroeste românico (com topónimos como *Quintã* ou *Casal*) opõe-se um centro-sul arábico (*Alcaria*) e românico (*Corte*) – e revela sucessivas camadas linguísticas que se vão sobrepondo (*Quintã-Quintela* / *Quinta-Quintinha*). As formas mais recentes, contudo, não eliminam as arcaicas, que se mantêm nas ‘terras antigas’ ou em ‘ilhas’ conservadoras, criando uma cartografia complexa que deve ser analisada à luz da história, da ocupação do espaço e da geografia humana. No estado atual dos conhecimentos, uma perspetiva estritamente linguística não parece suficiente para desvendar a história dos topónimos, mesmo que esclareça a sua etimologia. Disciplinas como a geografia física e humana, a dialetologia, a lexicologia e a sociolinguística, bem como a cartografia, podem revelar-se aliadas preciosas do estudo etimológico.

Uma análise da implantação toponímica, considerando a geografia humana e a ocupação do espaço, permite verificar a forma como o movimento da Reconquista cristã e o conseqüente processo de repovoamento transplantaram, de norte para sul, o dialeto primário da área original galego-portuguesa mas também revela um movimento de sul para norte, atestado pela implantação, a norte, de topónimos de origem árabe e moçárabe.

O território português parece ter uma relativa estabilidade demográfica desde a época pré-romana. As correntes migratórias ter-se-ão feito sentir, principalmente, nas zonas de mais intensa urbanização; as grandes regiões entre as cidades, por outro lado, conservaram grupos agro-pastoris de antigo assentamento. Assim, as variantes dialetais das classes mais cultas impõem-se nas áreas mais densamente urbanizadas, enquanto as regiões rurais conservam formas arcaizantes.

Fontes históricas e contemporâneas

- Associação Nacional de Municípios Portugueses: <http://www.anmp.pt/index.php/municipios>
- Barros, M^o de Fátima, Boiça, Joaquim Ferreira, & Gabriel, Celeste (1996). *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitas e o Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Dias, João José Alves (1998-1999). *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, 2 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Dias, João José Alves (2002). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Gonçalves, Iria (2002). *Tombos da ordem de Cristo. Comendas a sul do Tejo* Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- Herculano, Alexandre (1977) [1856]. *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...* Olisipone: Academiae Scientiarum Olisiponensis). Disponível em Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/12270>
- Martins, Ana Maria (1998). *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*. Lisboa: INCM.
- Nomenclátor de Galicia: <http://www.xunta.gal./nomenclator>
- Reportório Toponímico de Portugal. 03-Continente. Escala 1/25000*, 3 vols. Lisboa: Ministério do Exército. Serviços Cartográficos, 1967.
- Silva, Luís Fraga da (2002). *NOTVS - Exploração do Corpus Territoria do Sul [Computer software]*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.

Referências bibliográficas

- Almeida Fernandes, Armando de (1978). “A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense”, *Revista de Guimarães*, 88, 249-355.
- Barroca, Mario Jorge (1999). “Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)”, *Portugalia, Nova Série*, vol. XXV, 181-203.
- Barroca, Mario Jorge (2003). “Da Reconquista a D. Dinis. Organização territorial e recrutamento militar”. Em Barata, Manuel Themudo, & Teixeira, Nuno Severiano (eds.), *Nova História Militar de Portugal*, 69-94. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Bolòs Masclans, Jordi (2010). “Cartografia, toponímia e historia medieval”. Em X. Sousa Fernández (ed.), *Toponímia e Cartografia*, 39-71. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega / Instituto de Lingua Galega.
- Cardeira, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Cardeira, Esperança, & Fernandes, Maria Alice (2008). “O português medieval: koinização e elaboração”, *Veredas*, 9, 155-176.
- Catalán, Diego (1960). “Hacia un atlas toponimico del diminutivo -INU en la toponimia hispano-románica”, Separata do *Boletim de Filologia*, XVII.
- Chouquer, Gérard, & Favory, François (2002). *L'Arpentage Romain*. Paris: Éditions Errance.
- Concepción Suárez, Julio (2007). *Diccionario Etimológico de Toponimia Asturiana*. Oviedo: KRK Ediciones.
- Corriente, Federico (2003). *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance* (2.^a edição). Madrid: Gredos.
- Durand, Robert (1982). *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e Siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português.
- Fernandes, Maria Alice (2001). “Toponímia algarvia de origem árabe”. Em Coutinho, Valdemar (ed.), *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao séc. XVIII*, 21-33. Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
- Fernandes, Maria Alice (2007). “A toponímia do percurso”. Em Khawli Abdallah, Silva, Luís Fraga da, & Fernandes, Maria Alice, *A viagem de Ibn Anmâr de São Brás de Alportel. Estudo histórico, geográfico e toponímico*. São Brás de Alportel: CM.
- Fernandes, Maria Alice, & Cardeira, Esperança (2013). “Toponímia do povoamento rural: os continuadores do latim QUINTANA e seus derivados”. Em Galvão, Vânia et alii (eds.), *Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas. Anais do IV Simpósio mundial de estudos de língua portuguesa, 1913-1921*. Goiânia: FUNAPE. http://www.simelp.letras.ufg.br/anais/simposio_44.pdf
- Figueiredo, Cândido de (1899). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2 vols. (3.^a edição). Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil.
- Houaiss, Antônio, & Salles Villar, Mauro de (2002). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. CD-ROM, versão 1.0.5. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lapesa, Rafael, & García, Constantino (2004). *Léxico hispánico primitivo (siglos VIII al XII)*. Em Seco, Manuel (ed.), Madrid: Fundación Ramon Menéndez Pidal - Real Academia Española - Espasa Calpe.
- López Carreira, Anselmo (1997). “Idade Media”. Em *Historia Xeral de Galicia*, 93-204. Vigo: A Nosa Terra.
- Machado, José Pedro (1993). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols. (2.^a edição). Lisboa: Editorial Confluência.
- Machado, José Pedro (1995). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols. (7.^a edição). Lisboa: Livros Horizonte.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1981). “Geografia dialectal e história do português. Resultados da terminação latina -ANA”, *Biblos*, 57, 73-96.

- Marques, António Henrique R. de Oliveira, & Dias, João José Alves (2003). *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- Martins, Ana Maria (1985). “A evolução das vogais nasais finais [ã], [õ], [ẽ] no português”. Em Pereira, Cilene da Cunha, & Pereira, Paulo Roberto Dias (eds.), *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários In Memoriam Celso Cunha*, 617-646. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Mattoso, José (1988). *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325, Vol. II - Composição* (3.ª edição). Lisboa: Editorial Estampa.
- Milroy, James (1992). *Linguistic Variation and Change: on the historical sociolinguistics of English*. Oxford: Basil Blackwell.
- Moraes Silva, António de (1890). *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2 vols. (8.ª edição). Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense.
- Oliveira, Fernão de (1981) [1536]. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição facsimilada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Piel, Joseph-M. (1945). “As águas na toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia, VIII*, 305-342.
- Piel, Joseph-M. ([1960b] 1989). “Toponímia Germânica da Península Ibérica”. Em Piel, Joseph-M., *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, 149-171. Lisboa: IN-CM.
- Piel, Joseph-M. (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Quiroga, Jorge L., & Lovelle, Mónica R. (1997). “Un modelo de análisis del poblamiento rural en el valle del Duero (siglos VIII-X) a partir de un espacio macro-regional: las tierras galaico-portuguesas”, *Anuario de Estudios Medievales*, 27, 687-748.
- Rodrigues Lapa, Manuel (1932). “Transposição e dissimilação nasal”, *Boletim de Filologia, I*, 163-165.
- Simonet, Francisco Javier (1967) [1888]. *Glosario de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes*. Amsterdam: Oriental Press.
- Torrinha, Francisco (1945). *Dicionário Latino-Português* (3ª edição). Porto: Edições Maranus.
- Vasconcellos, José Leite de (1980) [1936]: *Etnografia Portuguesa, II*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Vicente, Ángeles (2006). *El proceso de arabización de Alandalús: un caso medieval de interacción de lenguas*. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo.